



PARECER PRÉVIO Nº 38/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11522/2016.

Apenso: Processo nº 11849/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Nonato do Nascimento Tenazor – Ordenador de Despesa.

6- Advogado (a): Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6964/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.528/529).

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **Desaprovação** das Contas Anuais do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, Prefeito Municipal de Atalaia do Norte, no exercício de 2015.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº 38/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11522/2016.

Apenso: Processo nº 11849/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Nonato do Nascimento Tenazor – Ordenador de Despesa.

6- Advogado (a): Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6964/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.528/529).

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Encaminhamento. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, responsável pela Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, no curso do exercício 2015;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor** no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), com fulcro no art.54 incisos II e VI da Lei n. 2.423/96, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas nos itens 17.1 a 17.38 do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

10.3. Considerar em Alcance o **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor** no valor de **R\$ 2.334.034,44** (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil e



ACÓRDÃO Nº 38/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 38/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

10.4. Determinar à Câmara Municipal de Atalaia do Norte o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 dias para o julgamento das contas do **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor**, em comento;

10.5. Encaminhar ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;

10.6. Comunicar à Prefeitura Municipal para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento destas contas, o **Sr. Nonato do Nascimento Tenazor** foi julgado em alcance.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral